

OS MASSACRES DE INHAMINGA



Camponeses enforcados. Cartazes pendurados no pescoço: «eu era da FRELIMO», «eu era turra». Sistemáticamente eram mortos e torturados homens, mulheres e crianças, apanhados desarmados só porque, muitas vezes, era mais cómodo matá-los do que transportá-los para os futuros aldeamentos. Deixavam-nos pendurados nas árvores para intimidar outros camponeses e combatentes. A sua dor transformava-se porém em força. Numa força imparável.

Quando, enxovalhado pela desastrosa derrota de «Nó Górdio», se viu obrigado a retirar de Moçambique o melhor dos seus peritos — Kaúlza de Arriaga — o exército colonial fascista português ficou completamente desmoralizado.

É então que — conhecendo intimamente esse estado de espírito e esse desespero — quando vê seu amigo Arriaga condenado, Jorge Jardim resolve jogar

a sua última cartada, para o tentar salvar e, simultaneamente reforçar a sua auto-promoção.

«Nunca poderia destruir um exército de guerrilha como o da FRELIMO com uma operação do tipo da «Nó Górdio», de cerco e aniquilamento. A FRELIMO tem o Povo do seu lado e conhece o terreno que, são princípios essenciais de guerrilha. A única hipótese de destruir a FRELIMO é iniciar uma contra-guerra de guerrilha. E, para isso eu tenho a solução ...»

A solução por ele proposta foi a formação dos «grupos especiais» e «grupos especiais paraquedistas» que seriam mercenários bem pagos, recrutados nas próprias regiões onde posteriormente actuariam. Era fácil recrutá-los nos «aldeamentos», eles conheceriam a região, estão ligados ao Povo — argumentou Jardim.

«Perdido por cem, perdido por mil», Arriaga acedeu a tentar convencer os seus patrões a pôr em prática a multiplicação desses grupos de Jardim.

Os seus planos acederam, mas contrapuseram: «agora é demasiado tarde... Os terroristas já estão em Inhamitanga, por toda a Gorongosa, quase ao pé da Beira... a única hipótese que vemos é conciliar a vossa ideia com a nossa — fazer uma linha de detenção que os não deixe descer dessa zona, que será então mantida pelos vossos grupos, por outras tropas especiais — comandos e paraquedistas, enquadradas e apoiadas por tropa normal de quadrícula...»

E Jardim foi então autorizado a constituir quarenta grupos especiais e doze grupos especiais paraquedistas para actuar nessa zona. Apoiado pela África do Sul e pela Rodésia, construiu um quartel especial no Dondo para preparar os grupos.

Suas tarefas foram bem determinadas: recolher e aldear à força as populações, e impedir qualquer contacto destas com os combatentes da FRELIMO.

O processo — era dada liberdade absoluta nos métodos de actuação.

Isto passa-se em 1973.

Porém, desde 1970 que a FRELIMO efectuava trabalho político na região. As populações estavam perfeitamente consciencializadas dos objectivos dos combatentes e das suas tarefas na Luta de Libertação Nacional, já havia material introduzido, tudo estava

pronto para fazer estender à Província de Sofala o fogo devorador da Liberdade.

(Correu célebre na Beira o pânico nas hordas fascistas quando os combatentes fizeram saltar a linha de comboio que passava a um quilómetro por trás do quartel, onde Jardim treinava quatro mil homens para posterior selecção para os seus grupos especiais).

Com as populações consciencializadas era impossível cortar a sua ligação com os combatentes, apinhá-las à espera que as fossem buscar a casa para enfiá-las em campos de concentração.

A frustração de não conseguirem os seus objectivos, a sua preparação ideológica — naturalmente em moldes ultra-fascistas — e o facto de verem a FRELIMO e o apoio popular crescerem dia a dia conduziu a que esses grupos especiais, e as outras tropas especiais efectuassem como represália sobre as populações, as maiores barbaridades sobre o nosso Povo.

Denunciadas em inúmeras instâncias internacionais, e em particular num relatório e declarações em conferência de imprensa por um grupo de padres holandeses que viviam na região, e de lá fugiram, essas selváticas atrocidades ficaram conhecidas por «massacres de Inhamitanga».

Porque divulgado logo após o 25 de Abril de 1974, e nesse contexto ficou «diluído», esse relatório é muito pouco conhecido entre nós, publicamos nesta edição alguns dos seus extractos mais importantes, bem como algumas das declarações desses padres holandeses na conferência de imprensa à sua chegada à Europa.

Essa página amarga da história da resistência é uma imagem elucidativa da contribuição de Jardim para a «libertação do nosso Povo...».

«Há centenas de Wyriamus em Moçambique. Desde Janeiro a Março foram massacradas mais de quinhentas pessoas em Inhamitanga» — foram as primeiras palavras de José Martens, um padre da missão de Inhamitanga, quando na Europa, perante os microfones e as câmaras fotográficas e de televisão, revelou que partira de Moçambique — onde não podia evidentemente falar — para dar a conhecer ao mundo o seu testemunho dos hediondos crimes das tropas e polícia fascistas portuguesas sobre o nosso povo, cujo único crime era querer ser livre, e só por isso lutava, apoiava os combatentes heróicos da FRELIMO (seus pais, seus filhos, seus irmãos, suas irmãs).

Saído de Moçambique em 26 de Abril de 1974, segundo o descreveram então os jornais. «a sua voz ainda vinha marcada pelos gritos dos torturados, pelo medo de 35 mil pessoas fugidas para o mato».

«Os verdadeiros culpados dos massacres são os exploradores do trabalho africano, os maníacos das glórias pátrias, os bispos que sabiam e não quiseram falar, os colonialistas que não querem perder os privilégios».

— acrescentou ainda José Martens.

E, é ele ainda quem explica a situação:

«Os primeiros ataques em força da Frelimo ao Quartel de Inhamitanga deram-se em 23 de Janeiro, mas já nesse mês vários comboios da Trans-Zambézia Railways (TZR) tinham sido atingidos e, desde fins de Julho, diversas acções armadas haviam sido conduzidas pelos guerrilheiros contra objectivos estratégicos. As prisões e torturas foram a resposta sobre a população. Mas a Frelimo já estava na zona desde fins de 1970, num persistente trabalho de consciencialização. Pelo menos desde que, nesta data, o Governador fez conhecer o projecto de alargamento do Parque da Gorongosa para o

Norte, até à linha férrea internacional da Trans-Zambézia Railways, onde se situa o centro ferroviário de Inhamitanga, vila com uma população de oito mil africanos e 1.100 europeus, num concelho com cerca de 45 mil habitantes».

COMO O POVO ERA OPRIMIDO E EXPLORADO

Sobre como o Povo daquela região era oprimido e explorado contou:

«Os 400 quilómetros de linha férrea da TZR foram construídos com sangue do Povo, há cinquenta anos. Os salários dos trabalhadores das serrações e da TZR não passavam de 180\$00 por mês, antes da eclosão da guerra. Nas serrações de Cheringoma, uma das zonas mais ricas em toda a África em madeiras preciosas, os negros trabalhavam, vestidos com um sacco enfiado, e partiam das aldeias às 4 horas da manhã em camiões empilhados. O

imposto de palhota era 290\$00 por ano, sob pena de trabalho forçado para os que se desleixassem no pagamento. Embora suspenso o trabalho forçado em 1961, a verdade é que os administradores continuam a usar de todas as arbitrariedades para arregimentarem trabalhadores à custa de uma comissão paga pelos fazendeiros e donos das serrações».

E contou, a este respeito, uma história recente:

«Há duas semanas, apresentaram-se à porta do posto dois moços africanos pedindo certidão de nascimento para tirar o bilhete de identidade. Mas como não tinham pago o imposto de domicílio (cerca de 300\$00), o chefe de posto mandou-os trabalhar para a serração. Com todo o requinte acrescentou: «Já agora, primeiro que tudo, vocês vão ali encher-me o tanque de água!». E os rapazes não tiveram outro remédio, mas pode-se imaginar a revolta que sentiram!

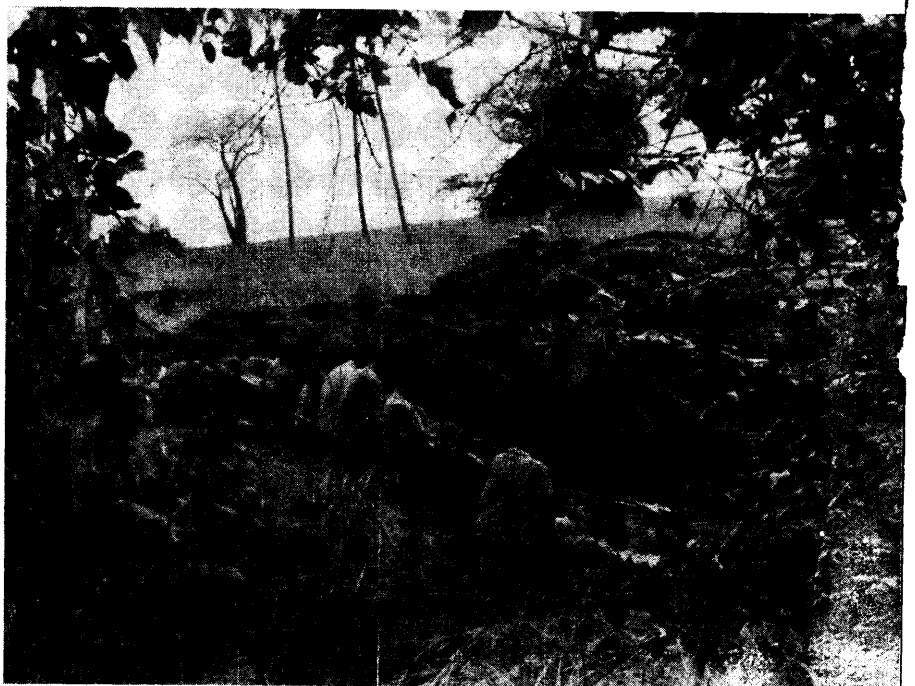
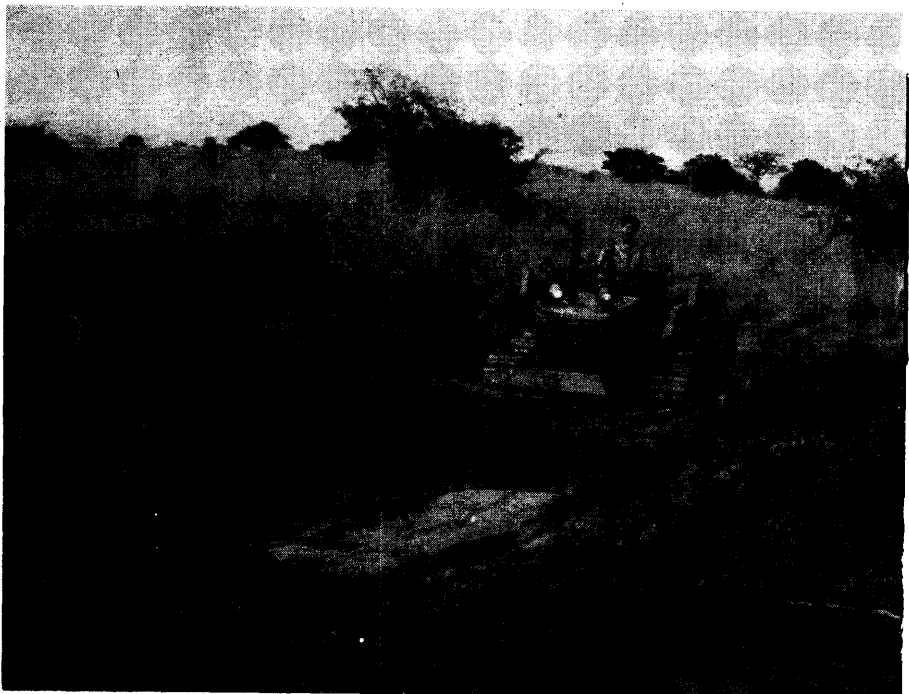
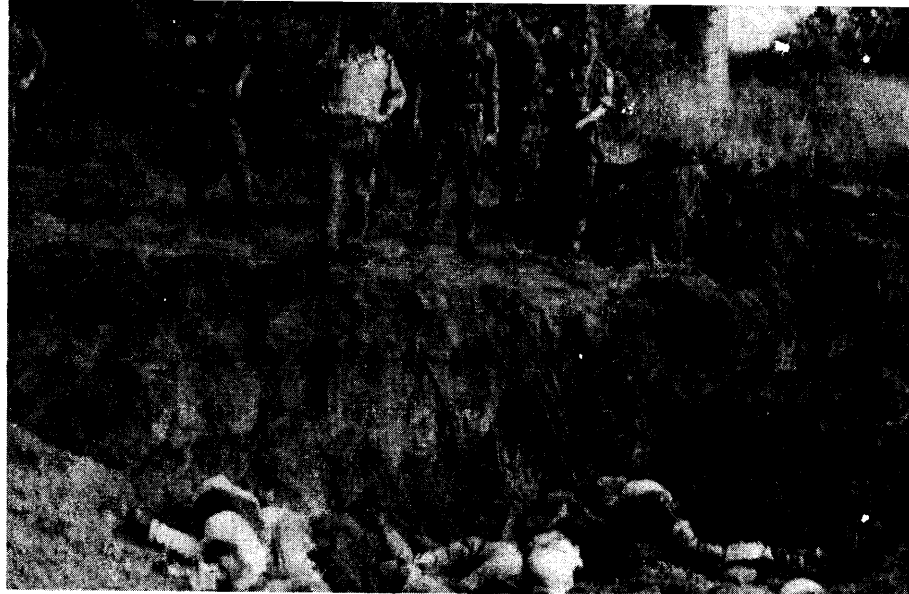
Não longe de Inhaminga, a Sena Sugar arregimentou 30 mil negros para trabalharem nas plantações de açúcar, em circunstâncias tais que, durante o ano de 1973 e apesar da repressão, os trabalhadores desencadearam quatro greves importantes. Os de Inhaminga não foram arregimentados desta vez, mas estavam sujeitos ao mesmo.

O Povo nunca esquecerá ter sido espoliado das terras. Depois das terras preparadas, os colonialistas iam à administração e conseguiam facilmente dois ou três mil hectares abrangendo terras já arroteadas pelas populações. (Grande parte dessas pessoas do Povo eram empregados da TZR que tinham fora da Vila as suas pequenas plantações).

AS BARBARIDADES DA PIDE E DA TROPA FASCISTA

Os maiores sofrimentos da população de Inhaminga começaram no final de Julho de 1970, como em pormenor se descreve num relatório então divulgado pelos missionários. Falando ainda sobre o que vira, José Martens recorda: «eu vi o terror de Inhaminga. Era «a varrer» nas lojas, nas aldeias. Era a pida, eram os soldados, eram os milícias, eram os cipaíos. As duas prisões foram-se enchendo de suspeitos, mas a Pide não conseguiu prender um único guerrilheiro, porque o Povo nunca os denuncia nem mesmo de baixo de tortura».

«Nos últimos dias de Dezembro, é preso o régulo Pangacha, surpreendido com elementos suspeitos. É um chefe nativo de 45 anos muito estimado em toda a região. Foi levado para o Quartel de Inhaminga mas a Frelimo quiz libertá-lo desencadeando o primeiro ataque em força



às instalações militares, depois de ter enviado ao Comandante um ultimato escrito em português, inglês e chissena (a língua da região). Durante o ataque, os soldados fizeram fogo sobre a prisão, morreram alguns presos mas Pangacha nada sofreu. Continua sob vigilância apertada. A sua filha Sebastiana, jovem recém-casada, vem ao Quartel trazer-lhe comida. Em 6 de Março, são abatidos pela Pide cinco pessoas ditas suspeitas durante uma festa organizada por um cabo-verdiano desertor do PAIGC que se instalara como colaborador da Pide entre os trabalhadores de uma serração. Entre os mortos estão dois filhos de Pangacha, que este se negou a reconhecer. Sebastiana, chamada depois da recusa do pai identifica os cadáveres dos irmãos. É morta, ao lado do pai, que entretanto fica ferido e é supultado vivo.

Não conseguindo pistas através dos adultos torturados, a Pide prende crianças de sete a oito anos que também são torturadas. Um dos métodos de tortura baseia-se em choques eléctricos aplicados nos ouvidos e noutros pontos sensíveis com uma máquina inventada pelo caçador Faria, conhecido como informador da Pide. Mas em muitos casos, isso reforça ainda mais a resistência dos torturados, para quem a morte é somente a libertação do povo inteiro.

Por seu lado, a população branca colonialista estimulada pelas recentes maniações da Beira, pressiona as autoridades a tomar medidas cada vez mais drásticas: exigem a expulsão dos padres, blindagem dos comboios, helicópteros para acompanhar as formações ferroviárias, limpeza da zona. O pessoal branco da TZR entra em greve, a população é compelida a residir na Vila sem poder sair para as plantações».

COMO O TERRORISMO FASCISTA LIGAVA AINDA MAIS OS COMBATENTES AO POVO

As humilhantes condições de opressão-exploração a que era sujeito o Povo, e esta actuação de barbárie fascista, em vez de isolarem os combatentes da FRELIMO do seu Povo, mais fortaleceram os laços naturais que os uniam e mais facilitaram o trabalho de mobilização.

O próprio Povo diz que a Frelimo ainda não fez ir pelos ares os cabos eléctricos e as condutas da água da cidade da Beira porque não tem pressa nem preparou ainda a população.

O próprio Povo conta que a Frelimo diz que há em Moçambique muitos brancos que não terão de sair, porque não são culpados dos crimes. Mas os pides, os patrões de serrações, os bispos com-

prometedores, os fazendeiros exploradores e toda a gente que roubou não tem outra coisa a fazer senão partir. Os militantes da Frelimo dizem assim ao povo: «Moçambique é grande e tem riqueza para todos, os brancos não precisam de sair, mas nós faremos a escolha».

Os atentados dos guerrilheiros atingiram apenas os exploradores, os denunciadores, alguns régulos que, depois de avisados, persistem em colaborar com as tropas portuguesas.

E o missionário comenta: «Se os brancos fossem tão lúcidos como os africanos, se tratassem os negros como estes são capazes de tratar os brancos, não haveria problemas, porque este povo é amigo dos brancos que o respeitam, sente-os como gente sua, não olha para a cor da pele.

Mas eles sabem muito bem quem são os «Jorges Jardins»...

Outro dos missionários contou aos jornalistas episódios que o Povo contava, como índices do prestígio que os combatentes da FRELIMO tinham junto do seu Povo.

«Um dia entraram dois moços na loja duma aldeia do mato e, enquanto o empregado lhes servia duas cervejas, travou-se este simples diálogo:

— Olá, sabes o que é a FRELIMO?

— Já ouvi mais ou menos, mas não sei bem — respondeu o moço.

— Olha, a FRELIMO somos nós que andamos a combater para libertar todo o nosso Povo, do Rovuma ao Maputo. E agora vai dizer ao teu patrão que a FRELIMO passou aqui!

Dito isto, sumiram-se no mato, mas na mesma tarde já toda a gente sabia que a FRELIMO estava na aldeia e todos os colonialistas começaram a tremer.

A outra história pode não ser tão objectiva mas o Povo conta-a já como uma «legenda» reveladora do prestígio da Frelimo. Um dia, perto de Inhaminga, os guerrilheiros montaram uma emboscada num sítio muito apertado. Passou um camião cheio de tropa e logo trinta guerrilheiros cercaram o camião, de metralhadora em punho. Tão rápida foi a operação que os soldados nem tiveram possibilidades de saltar do camião e ficaram gelados de medo, enquanto o motorista, desesperado, tentava, uma manobra impossível para fazer marcha-atrás. Foi então que os guerrilheiros, sem disparar um tiro, desataram a rir e deixaram os soldados em paz. Mais tarde explicaram a história pelas aldeias. «Nós queremos provar-lhes — diziam eles — que podemos dominar Moçambique inteiro e que até somos capazes de nos dominarmos a nós». Verdadeira ou não, é assim que o

Povo conta a história, para prestígio dos guerrilheiros.

Ao fim de três anos de trabalho político e reivindicativo toda a zona de Inhaminga está completamente dominada pela Frelimo, que se apresenta aos olhos do povo como um movimento de libertação.

RELATÓRIO DOS MASSACRES

Para além dessas declarações os missionários de Inhaminga tornaram na altura público, um relatório claro e elucidativo, em que eram divulgados por ordem cronológica os inúmeros massacres, torturas, violação e abusos do colonial-fascismo português na zona de Inhaminga e naquele período.

Assinavam o relatório — de que a seguir publicamos extractos — além de José Martens, António Verdaasdonk, João Mateus Van Rijen, André Van Kampen e João Tielemans, todos holandeses missionários ou irmãos picpus.

RELATÓRIO DE INHAMINGA (MEMORANDUM DE 4 DE MAIO DE 1974)

Observações preliminares:

1. — Os abaixo assinados deste memorandum declaram que os seguintes acontecimentos estão anotados conforme a verdade.

2. — A fim de não porem em risco a vida dos Africanos citados neste memorando, os seus nomes foram substituídos por outros. Os nomes autênticos estão escritos e conservados em artigo confidencial da Congregação dos Sagrados Corações em Bavel (Holanda).

3. — O seguinte memorandum é extraído de um diário acerca dos principais acontecimentos que tiveram lugar de Agosto de 1973 a Março de 1974 e em redor de Inhaminga, diário no qual tinha sido anotado à medida que os acontecimentos se desenvolveram.

4. — Este memorandum descreve os acontecimentos resumidamente e tem em atenção principalmente as prisões, as torturas e os massacres.

5. — Podemos determinar com bastante exactidão o lugar perto de Inhaminga onde se encontram as valas comuns em que foram enterrados os mortos em massa.

6. — Declaramos expressamente que existe o lugar de Inhaminga. Isto para o caso de, depois de publicados os massacres, o nome de Inhaminga — como o de Wiryamu em 1973 — vir a ser negado.

7. — Estamos dispostos a testemunhar diante de todos e de cada um em particular, porque deste modo somos ainda capazes de servir o nosso povo; pela limitação drástica da liberdade de movi-

mentos, o nosso trabalho em Inhaminga tornou-se inteiramente impossível.

8. — Esperamos que estes acontecimentos, descritos e anotados segundo a verdade, sejam publicados com a maior amplitude possível para que, pela sua publicação e pelos protestos que suscitem, possam evitar-se futuros massacres e práticas desumanas em Moçambique.

9. — Não sentimos necessidade de provocar sensação, tanto mais que é claro terem as autoridades eclesiásticas de Moçambique omitido até hoje a denúncia dessas e de outras injustiças para com o Povo Africano.

10. — Finalmente esperamos que, por falarmos, isso não acarrete, em maior perseguições e mortes a Africanos.

Acontecimentos e declarações:

Fim de Julho de 1973:

Recebemos a primeira notícia de um ataque da Frelimo ao Exército Português a uma distância de 45 km de Inhaminga, junto do cruzamento Mazamba-Gorongosa e de um desvio para uma escola do mato em Inhasol, em que houve dois feridos entre o exército português.

O exército começa a fazer pressão sobre a população, há rusgas nas casas, interrogatórios, o chefe da população é maltratado, suspenso pelos pés de uma árvore durante o interrogatório, em seguida é transportado pela DGS para a Beira; a fuga dos Africanos; principalmente dos mais jovens — num só dia 14 rapazes de Nhamsol fogem para o mato para a Frelimo.

16 de Agosto de 1973:

A Frelimo em Massandza, ataca dois camiões do exército com soldados portugueses; há três feridos da parte do exército português.

Uma mulher e uma criança que, por acaso, voltavam da moagem e fugiam ao ver os soldados, são mortas a tiro. Os cadáveres são levados e enterrados no quartel de Inhaminga.

Além disso seis homens, entre os quais o professor da escola da missão Carlito Chapo, são presos e levados para um interrogatório.

28 de Agosto de 1973:

João Tielemans é chamado ao edifício da DGS da Beira. Interrogatório acerca da Frelimo, acerca das suas actividades de lavoura entre a população Africana; acerca do encerramento da missão do Lundo, fim de Março de 1973; acerca da posse de documentos a respeito dos massacres em Wiriya. — Não passa de um interrogatório.

Setembro-Novembro de 1973:

Tudo fica tranquilo na região com ex-

cepção de alguns pequenos incidentes. Chegam-nos cada vez mais notícias do mato acerca da formação de elementos para o movimento de libertação e acerca da consciencialização do povo pela Frelimo. Os portugueses encontram oposição quanto ao levantamento dos chamados aldeamentos.

12 de Dezembro de 1973:

O pessoal africano, 18 pessoas no seu conjunto, da bomba de água da TZR, junto ao rio Mazamba, das bombas de Inhamatope e de Muanza, transferido para Inhaminga nos fins de Novembro, é transportado para a Beira sem a mínima explicação. Nasce um grande medo entre o outro pessoal da Trans-Zambézia Railway. Ainda mais pessoal é transportado para a Beira posteriormente.

31 de Dezembro de 1973:

A Frelimo faz explodir a bomba de água da Administração de Inhaminga.

O exército prende várias pessoas dos arredores; como Rocha Nampouca, Nham Vaz, José Cheka, etc.; para interrogatório. São torturados pela DGS. Entretanto a DGS estabeleceu-se definitivamente em Inhaminga. Os seguintes agentes da DGS são-nos conhecidos por estes nomes: Pepe, Afonso, Libertino, Carneiro.

5 de Janeiro de 1974:

O superior da missão, Padre José Martens, é chamado pela DGS. Antes do interrogatório consegue falar com o chefe de Massandza que está preso. Este declara que está a sofrer horrivelmente. O padre José ouve também os gritos de terror de mulheres que estão a ser torturadas nas trazeiras da esquadra da polícia. Quando o chefe da polícia, o Sr. Gordulho, se apercebe da presença do missionário manda alguém com ordem de interromper as torturas.

13 de Janeiro de 1974:

Na medida em que as actividades da Frelimo vão aumentando são presos e interrogados cada vez mais africanos. Deste modo os africanos encontram sempre cada vez maiores dificuldades no processo dos interrogatórios, torna-se cada vez mais refinado pelo uso de aparelhos com o qual se dão choques eléctricos às vítimas nos sítios mais sensíveis do corpo; ouvidos, cabeça, seios etc; pelos espancamentos com cintos, paus, matracas de borracha, até as pessoas caírem feridas e sem sentidos; por pisaduras das mãos e dos pés. Há presos tombados pelo espancamento e também por pontapés em outras partes do corpo.

23 de Janeiro de 1974:

A Frelimo ataca o quartel de Inhaminga.

O exército não consegue apanhar nenhum dos atacantes.

Quando, de madrugada, às cinco e trinta, passam dois africanos pelo quartel e caminho do trabalho, são mortos a tiro à queima roupa. São eles: Creva, ajudante de pedreiro que trabalhava por conta do fiscal da madeira de Vila, e Catemo, pintor da TZR.

Os cadáveres dos dois africanos abatidos ficam expostos durante muito tempo a fim de convencer a população branca de que o exército se esforça e para servir de aviso aos africanos.

Gera-se um estado de pânico entre os brancos, que querem virar-se contra a Missão e pretendem destruir a bomba de água da Missão. Isto pode ser evitado com o argumento de que muitas famílias de Inhaminga poderiam ficar privadas de água potável. O governador da Beira, imediatamente depois do ataque ao quartel de Inhaminga pela Frelimo, chegou à Vila e a população branca pede-lhe que tome medidas contra os missionários. A população branca apresenta as seguintes declarações: A missão é um ponto de apoio para os guerrilheiros; estes escondem-se lá: lá se encontram os depósitos de armas e munições; um guerrilheiro ferido é lá tratado. Segue-se uma busca à casa. Depois de revistados minuciosamente todos os edifícios durante duas horas, nada se encontra que possa comprometer os missionários. Na casinha da viúva Memba Chalé, que se encontra em terreno da missão, acham-se peças de farda do seu filho Adolfo Renco, que há pouco acabou a tropa. Levam-no e sujeitam-no a longos interrogatórios. É posto em liberdade a 26 de Janeiro de 1974.

26 de Janeiro de 1974:

O padre José Martens é chamado pelo administrador de Inhaminga que o notifica que os missionários já não podem sair da parte urbana da Vila. Praticamente isto significa prisão domiciliária.

28 de Janeiro de 1974:

Nhamataka Miti, de 18 anos de idade, que esteve preso durante cinco dias por ter sido encontrado a conversar com dois rapazes numa loja, foi posto em liberdade. Vem à missão para pedir tratamento de um dedo cuja unha foi arrancada e de outras feridas que lhe infligiram.

6 de Janeiro de 1974:

O padre José Mertens esteve na Beira, numa conversa com o administrador apostólico da Diocese, Dom Francisco Nunes Teixeira, a quem relata novamente tudo o que se passa na Missão de Inhaminga. Depois o padre dirige-se, juntamente com



o vigário geral da Diocese, padre José de Sousa, ao governador do distrito, a fim de protestar contra os maus tratos infligidos à população africana pela DGS. Tudo sem o mínimo resultado.

21 de Janeiro de 1974:

Várias crianças — entre outras Tembe Lele, de oito anos e meio — são presas e interrogadas por agentes da DGS. A fim de chegarem a saber se os pais dão alimentação aos guerrilheiros e se os guerrilheiros já estiveram em suas casas. O método de extorquir informações que continham acusação por choques eléctricos é aplicada também a estas crianças. Um rapaz de cerca de 18 anos disse, depois de ter sofrido um tal tratamento: «Dora avante já não tenho medo do colonialistas».

7 de Fevereiro de 1974:

Uma patrulha do exército, junto das lojas do Condué, vê fugirem alguns homens que são tidos por guerrilheiros. Ao persegui-los os soldados vêem um homem, guarda de um armazém perto da estação, sentado diante da palhota, Zeca Thembo, juntamente com a mulher Farença Thembo, sua cunhada Flora Thembo, e os filhos Carlos, Rita, Rufa e Chana.

O homem apanha um tiro no braço, a mulher é morta e a cunhada foge com um tiro na perna.

Os soldados levam o homem ferido e a mulher para dentro da palhota que incendiam. Quando o homem tenta escapar através de uma tábuia arrancada é descoberto de novo pelos soldados.

Estes disparam-lhe um tiro no lado direito do peito e espancam-no até o deixarem meio morto. Não lhe dão o golpe

de mesericórdia porque pensam que já está morto. Os soldados retiram-se mas algumas pessoas dos arredores salvam o homem que é transportado para o hospital de Inhaminga.

9 de Fevereiro de 1974:

O director da Fábrica de Cimento de Nova Macieira, Eng.º Góis, durante uma visita à pedreira Muanza, vê lá os cadáveres do 12 africanos mortos por soldados coloniais e que estão expostos para meter medo ao Povo. O eng.º Góis, fica também a saber que no mato, atrás da pedreira um número terrivelmente elevado de pessoas teria sido assassinado pelo exército e pela Guarda Civil (OPV). Fala-se em mais de três mil mortos. O eng.º Góis faz ver ao Sr. Jacinto, responsável português pela pedreira, que isto assim não pode continuar.

10 de Fevereiro de 1974:

O chefe SOUGA, Chico Romão, é preso juntamente com alguns outros homens e interrogado, com as costumadas torturas, porque se acha suspeito que até agora nada de especial tenha acontecido na sua aldeia.

Durante o interrogatório o chefe perde os sentidos. Exigem dele que mande o seu povo para os aldeamentos. Luís Nhautu, um africano que tinha uma lavoura também da região de Souga, é chamado e interrogado. Exigem dele que abandone sua casa e os seus campos no espaço de sete dias.

13 de Fevereiro de 1974:

Três operários da serração do José Mendonça Teixeira são alvejados, a caminho de casa, por soldados que estão den-

tro de um comboio. Um fica ferido na cabeça e um outro num braço.

14 de Fevereiro de 1974

Catarina Bramo, a mulher de Rengo Charengi, que reside junto do campo de aviação é violada por dois soldados quando se encontra sózinha em casa.

16 de Fevereiro de 1974:

Todas as casas e palhotas em TUTU são incendiadas pelo exército. As pessoas fogem sem poder salvar nada dos seus haveres.

18 de Fevereiro de 1974:

Sabemos na Administração que os chefes Inhaminga, Shiquire, Nhansol, Muandimai, Goinha, Nhatedza e de toda a zona de Goronga desaparecem. Suspõe-se que fugiram para a Frelimo com toda a sua gente. Trata-se de mais de 12 mil pessoas que se internaram no mato.

A DGS de Inhaminga quer desfazer-se de uma parte dos presos que se amontoaram na prisão do exército e na da DGS durante as últimas semanas. Segundo uma estimativa, 35 africanos, entre os quais os presos do dia 16 de Fevereiro de Matando e Cherimadzi, são metidos num camião e transportados para um sítio no mato à beira do caminho que passa por detrás do hospital de Inhaminga na direcção de Thombola Massandza, enquanto um Buldozer procura um caminho na mesma direcção passando pelo campo da aviação. Naquele sítio é aberta uma grande vala pelo Buldozer e dentro dela são fuzilados e soterrados os homens. O transporte, a deslocação do Buldozer e o fuzilamento são executados pelos soldados do exército colonial.

20 de Fevereiro de 1974:

De novo são transportados uns trinta homens num camião na direcção de Massandza e Thomo a Mphala, a fim de lá serem mortos também. Tudo se passa como da primeira vez. Entre eles se encontram homens e rapazes oriundos de Inhaminga, Muanza, Massandza, Mbawa, Codze, Nhamabera, etc.

23 de Fevereiro de 1974:

Outra vez sai um camião, transportado pelo menos 48 pessoas, para o mesmo sítio no mato, atrás do hospital, entre os caminhos para Massandza e Thomo a Mphala. Os presos são fuzilados. Uma Companhia de comandos vem reforçar a força do exército e põe as suas tendas junto da estação de CF de Inhamitanga, 27 Kms. ao norte de Inhaminga, a partir de onde começa as suas Operações entre a população africana.

Deste modo a força total do Exército

cresce até 1.500 homens, entre as forças do Exército normal (400 homens), Páraquedistas (240 homens), Comandos 120 homens, Guarda Civil (80 homens), e as Milícias 650 homens, e tudo isto pelo bem de 1.100 colonos e controle de 45.000 africanos.

2 de Março de 1974:

Através de um intermediário que trabalha na Administração conseguimos saber, com muita dificuldade, os nomes de alguns que foram mortos nos fuzilamentos que continuam e repetir-se ainda no mato.

Entre eles se encontra: o nosso professor Dimba, Luanga Manuel Chombe. Mais: Luís Vontade e dois filhos; José Chidangué, filho do régulo morto antes dele; Jona Sampaio; o régulo Santove; Manuel Penga; Jorge Maio Chale Nkalamu; Nicolau Alfândega; José Candeado; Sande Nansa. Além destes homens que antes disso tinham sido transportados do Dondo e de Mafambisse para Inhaminga.

7 de Março de 1974:

De manhã cedo, o povo dirige-se ao quartel dos Páraquedistas para vir admirar 5 guerrilheiros mortos e 2 presos e as suas armas e a euforia vitoriosa da tropa colonial.

Às 11.30 horas os civis oferecem um almoço aos vencedores e às suas autoridades. O régulo Pangache é tirado da prisão da DGS para identificar os mortos e os vivos. Não quer dizer os nomes apesar de ter aos pés entre os mortos, dois dos seus filhos; Domingo Moisés Pangache e Marco Moisés Pangache.

Também a sua filha já casada, Sebastiana Moisés Pangache, que levava todos os dias alimento ao pai, foi trazida de casa para identificar os corpos. Ignorando que o pai se recusara a fazê-lo, ela reconhece os seus irmãos, dá os seus nomes a conhecer.

A seguir também ela é presa, e posteriormente fuzilada juntamente com seu pai, os dois guerrilheiros sobreviventes e mais alguns outros presos. O régulo Pangache, embora ferido mas ainda vivo, é soterrado na vala comum.

7-10 de Março de 1974:

Operações militares são executadas na região onde estão situadas as aldeias do régulo Pangache, isto é: Nhamatope, Massandza, Metodo, Nhamabere, Mphepe. Forças de terra e do ar com helicópteros e bombardeiros, tomaram parte da operação.

É assaltado mas com pouco êxito, um acampamento de guerrilheiros; são incendiadas, sim, muitas palhotas. Grande parte do povo consegue fugir para o mato,

outros são assassinados. Poucos são levados prisioneiros para Inhaminga.

Nos bombardeiros usaram-se bombas NAPALM.

15 de Março de 1974:

Mais uma vez, sai um camião cheio de pessoas presas para o lugar já conhecido, para lá serem assassinados da mesma maneira.

19 de Março de 1974:

Mandamos vir da Beira avionetas para pôr em segurança as irmãs e alguns africanos da missão.

Nós próprios partimos na última avioneta.

Antes de partirmos aparecem na missão o chefe da polícia, o Sr. Gorgulho; comandante das milícias, o Sr. Teixeira; dois informadores da DGS, os Srs. Maria e Costa e Silva; e um pequeno grupo de cipais e milícias.

Enquanto esperamos pela avioneta passam ainda três camiões cheios de homens e rapazes a caminho da prisão da DGS, distanciada uns 700 metros da pista.

Fim de Março-Abril de 1974:

Durante a nossa estadia na missão do Dondo, aguardando a partida para a Holanda, ainda ouvimos que:—

— Foram assassinados as seguintes pessoas de Inhaminga: os dois irmãos Jorge Quéu António Sapateiro; os dois irmãos Manuel e Lourenço Espanhol; Francisco Salis; Albino, o fiscal do contador da água da Administração e, Vontade, trabalhador dos CF.

— No princípio da semana santa um grupo de Páraquedistas perseguiu o povo que tinha fugido de Muanza em direcção à serração Chinapamimba e de Shinadziwa. Foram assassinados todos os homens e rapazes; as mulheres e crianças foram levadas para Muanza. O Comandante zangou-se com os soldados, pois achava que também aqueles deviam ter sido mortos. As mulheres e crianças foram levadas para o Dondo.

— O Vigário Geral da Diocese da Beira, padre de Sousa, verifica, durante a sua visita a Inhaminga em 19 a 22 de Abril, que nada tinha mudado na horrorosa situação; continuava-se a matar e a prender.

A população que fugiu é avaliada em 35.000 pessoas: gente, portanto, que procura de todas as maneiras uma saída.

— No mês de Abril uma das altas patentes de Nampula visita os túmulos já mencionados: verifica que, sob a influência das chuvas, a terra que cobria os corpos tinha começado a subir.

— Muitos militares exprimiram o seu horror perante as repugnantes condições

dos camiões que voltavam das execuções, sujos de urina e fezes. Conscientes do que lhes ia acontecer, os presos, na sua agonia, perdem todo o controle sobre as funções físicas.

«NÃO PODEMOS FALAR AQUI»

Em 16 de Março de 1974, o superior da missão, padre José Martens, regressa de uma visita às outras missões, de avião. Em Inhaminga discute a situação com o padre António Verdaasdonk e os irmãos André Vam Kampen e João Tielemans.

A tarde entre em contacto com os irmãos africanos, naturais da Rodésia, que também trabalham na missão de Inhaminga, para lhes pedir a opinião. A seguir há um reunião dos missionários e missionárias, na qual se chega à decisão de que todos se retirarão de Inhaminga. As razões são as seguintes:

— O africano que sofre e morre já não tem voz para falar: por isso as injustiças que se lhe infligem devem ser publicamente denunciadas por nós.

— A igreja Oficial nada faz e envolve-se o silêncio, por isso a Igreja tornou-se cúmplice do tratamento desumano do africano aqui e noutros lugares.

— Nós, não podemos falar aqui por falta de apoio das autoridades eclesásticas, de maneira que não há outra coisa a fazer se não levantar a voz fora das fronteiras de Moçambique.

— Pela pouca liberdade de movimentos e por outras limitações que nos foram impostas, pelo medo dos africanos de entrarem em contacto connosco tornando-se assim suspeitos, a nossa presença aqui em Moçambique perdeu todo o seu sentido.

— Os africanos sabem agora que já não podemos dar-lhes qualquer protecção. Por isso também já não a procuram junto de nós e não querem causar-nos ainda mais dificuldades.

— Também já não podemos fazer nenhum bem à população branca, o que se manifestou claramente na sua hostilidade para connosco.

— Afinal abusa-se da nossa presença como igreja e como sacerdotes, de uma maneira descarada, apenas para manifestações militares e patrióticas, cujo aparato religioso serve para encobrir actividades e acontecimentos criminosos.

Decide-se a partida de Inhaminga.

Isto é comunicado ao Administrador Apostólico da Diocese, D. Francisco Nunes Teixeira, e ao Vigário Geral Padre José António de Sousa que, conforme um convite feito já anteriormente, vieram a Inhaminga por causa da situação precária.